



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA ABRANTES**

# **ASSEMBLEIA GERAL**



**Apreciação e votação do Relatório e Contas do  
Exercício de 2024 e Parecer do Conselho Fiscal do  
Exercício de 2024**



**29 de março de 2025**





SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ABRANTES

# CONVOCATÓRIA

## ASSEMBLEIA GERAL

De acordo com o art.º 22, n.º 2, alínea b) do Compromisso, **CONVOCO** os Irmãos desta Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, para a Reunião Ordinária da Assembleia Geral que se realiza **Sábado, dia 29 de março de 2025** pelas **14H30**, no Auditório do Sector Cultural do LAR – HOSPITAL D. LEONOR PALER CARRERA DE VIEGAS.

### ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º - Leitura e aprovação da Ata 27 de 30 de novembro de 2024;
- 2.º - Apreciação e votação do Relatório e Contas do Exercício de 2024 e Parecer do Conselho Fiscal do Exercício de 2024;
- 3.º Análise e votação da proposta da Mesa Administrativa para aprovação do Leasing para aquisição de um Ecógrafo para o Centro Médico e Enfermagem de Abrantes;
- 4.º - Período de 30 (trinta) minutos para tratar de qualquer assunto que a Assembleia considere de interesse para a vida da Instituição;

.....

*Se á hora marcada não houver número suficiente de Irmãos para a Assembleia funcionar, (mais de 50%), a mesma terá lugar meia hora depois (15h00m), com qualquer número de presenças, de acordo com o estatuído no art.º 24, n.º 1.*

Abrantes, 20 de fevereiro de 2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

  
DR. HUMBERTO PIRES LOPES





**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA ABRANTES**

# **ASSEMBLEIA GERAL**

**RELATÓRIO**

29 DE MARÇO DE 2025





## **Relatório**

Exmos. Senhores Presidente e Vogais da Assembleia Geral

Exmos. Senhores Presidente e Vogais do Conselho Fiscal

Exmos. Irmãos e Irmãs

Abrantes, 17 de março de 2025

De harmonia com o estabelecido no artigo 22, n.º 2, alínea b) do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes a Mesa Administrativa vem dar conhecimento das ações e opções desenvolvidas no ano de 2024.

### **IMOBILIÁRIO**

A gestão da Mesa Administrativa tem-se pautado, dentro das suas possibilidades, pela manutenção e conservação do seu património, procedendo á alienação de alguns apartamentos na Urbanização do Vale de Rãs, que pelo seu estado atual, não tem interesse em manter.

Procedeu também ao arrendamento dos imóveis que estavam devolutos o que veio provocar uma mais valia para a Instituição.

### **ÁREA DE BEM-ESTAR**

Continuou se a melhorar as condições de trabalho dos Colaboradores (as); para isso adquiriu se diversos equipamentos, de forma a permitir atenuar o esforço físico, mobilidade, e melhoria nos cuidados de higiene e alimentação.

Em relação aos residentes reorganizou-se os espaços com o nível de ocupação por quarto, de molde a corresponder ao que a legislação prevê para as ERPI's; bem como se pretendeu dotar as instalações com os equipamentos necessários a bem-estar dos mesmos.

### **NOVO EDIFÍCIO ERA (APARTAMENTOS)**

Com o edifício completamente equipado e pronto a ser utilizado, foi um ano difícil, pelo facto que não foi possível proceder ao licenciamento do edifício, dado que as entidades competentes têm colocado alguns entraves a esse desiderato, apesar de todos os esforços efetuados, contamos que muito brevemente esta situação esteja ultrapassada, e se consiga iniciar a fruição em pleno deste espaço.



## **PROTOCOLO COM A SEGURANÇA SOCIAL**

Tendo existido uma atualização das comparticipações por parte da Segurança Social, continuaram, no entanto, a serem insuficientes, para fazer face ao aumento dos gastos.

O montante, resultante da referida atualização, não permitiu cobrir a atualização da tabela salarial resultante do aumento do ordenado mínimo nacional e das restantes Colaboradoras e as obrigações, como a taxa social única, seguros e subsídio de turnos, pagamentos de retroativos, assim como, o aumento dos preços dos consumíveis nomeadamente água, gás e eletricidade, e dos produtos alimentares, entre outros.

Os proveitos são insuficientes, contudo temos conseguido dar dignidade e prestar bons serviços aos nossos utentes.

## **RECURSOS HUMANOS**

A Mesa Administrativa tem consciência que os recursos humanos são um dos ativos mais importantes da Instituição, vem, uma vez mais, agradecer a todos, independentemente da área/valência onde prestam a sua atividade, que abnegadamente fizeram o seu trabalho, com o espírito de servir e amar o próximo, lamentamos, no entanto, ainda o elevado nível de absentismo que se continua a verificar por motivos diversos.

## **RESULTADO DO EXERCÍCIO 2024**

Após análise de todos os documentos, o resultado do exercício após as amortizações é no valor de 326.183,34 €, negativos, levados a Resultados transitados. Não é de forma nenhuma o resultado que gostaríamos de apresentar, no entanto reflete desta vez a realidade atual da Instituição, com todas as atualizações e com a implementação das novas regras que se realizaram durante o ano a nível contabilístico.

## **AGRADECIMENTO**

A Mesa Administrativa, agradece a manifestação de apoio, solidariedade e preocupação dos Órgãos Sociais, Irmãos e Amigos da Misericórdia, durante o corrente ano.

## **ANO DE 2025**

Os conflitos armados em curso na Europa, continuam a afetar as economias ocidentais, a instabilidade sentida a nível nacional também veio a afetar o decurso do ano transato. As consequências económicas que se têm sentido, não se prevê que terminem brevemente.

À instabilidade já verificada nos mercados financeiros, somam-se os elevados preços – gás, combustíveis, energia, cereais, entre outros.

A inflação, que se verifica nestes produtos, continuará a ser incorporada nos produtos em geral, na distribuição e venda comercial, continuando a agravar a situação dos consumidores.

Deste modo, a Mesa Administrativa procura implementar todas as medidas que considera necessárias e adequadas para minimizar potenciais impactos no normal funcionamento da Instituição.

A crise económica não alterou a natureza dos desafios da Instituição. No entanto alterou o grau de urgência, tendo-se adensado a complexidade de outros.

Sem esquecer a sua matriz social e solidária, a Misericórdia alinhará a estratégia e modelo de “negócio” na sua capitalização e sustentabilidade financeira.

A otimização de recursos é fundamental no contexto vigente, devendo a organização dirigir-se no sentido permanente de ganhos de eficiência e eficácia, não esquecendo a exposição a riscos que carecem de permanente identificação, avaliação, acompanhamento e controlo.

Procurar-se-á estabelecer uma cultura organizacional, de gestão e controlo interno, bem definida e normalizada, na qual os recursos humanos da Misericórdia são um papel importante.


Com o sentido da procura de melhoria constante como se referiu anteriormente a Mesa Administrativa, continuará a envidar esforços para colocar a funcionar o novo ERA, para que se consiga um grau de ocupação pleno das residências, de forma a iniciar a recuperação do investimento feito.

Continuaremos a substituir os equipamentos que estão ao serviço, que pela sua idade e ou falta de manutenção anterior apresentam gastos inoportunos para a instituição, seja em manutenções, seja em gastos com combustíveis, por outros mais modernos, que terão uma melhor eficiência energética que os atuais.

Pretende se ainda estudar a possibilidade de instalação de mais painéis fotovoltaicos, nos espaços existentes, pretendendo assim reforçar em complemento aos já instalados, e assim contribuir para a melhoria do ambiente, como reduzir os gastos em energia.

O quadro de investimentos da Misericórdia perfilado para 2025 atenderá à evolução das situações anteriormente descritas e os efeitos negativos daí resultantes, através da melhoria dos seus processos, ao reforço das competências, dos seus órgãos sociais e trabalhadores.

A todos o nosso bem-haja.

Pela Mesa Administrativa  
O Provedor  
  
João Manuel Rodrigues Pombo





**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA ABRANTES**

# **ASSEMBLEIA GERAL**

**CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024**

29 DE MARÇO DE 2025





# SANTA CASA da MISERICORDIA de ABRANTES

Desenvolvimento dos Gastos e Rendimentos do exercício de 2024 e PROJEÇÃO para o exercício de 2025

SINC	Descrição	EXERCÍCIOS					Orçamento 2025
		2021	2022	2023	Orçamento 2024	Realizado 2024 (1-12)	
<b>GASTOS</b>							
61	Custo das merc. vendidas e das mat. consumidas	381 961,03 €	383 491,75 €	412 298,82 €	501 731,30 €	445 684,81 €	493 849,98 €
62	Fornecimentos e serviços externos	541 354,45 €	581 515,98 €	550 622,82 €	539 996,22 €	1 041 727,52 €	842 791,17 €
631 + 632	Gastos com pessoal	1 437 018,04 €	1 496 984,35 €	1 632 203,26 €	2 095 429,60 €	1 930 461,71 €	2 142 741,84 €
635	Remunerações	307 329,54 €	334 998,12 €	362 047,61 €	440 922,23 €	392 771,42 €	475 036,95 €
635 + 636	Encargos Sociais/Seguros	1 129 688,50 €	1 161 986,23 €	1 270 155,65 €	1 654 507,37 €	1 537 690,29 €	1 667 704,89 €
638 / 634	Outros (Indemnizações)	1 744 347,58 €	1 831 982,47 €	1 994 250,87 €	2 536 351,83 €	2 536 351,83 €	2 617 778,79 €
64	Gastos de Depreciação e Amortização	107 646,73 €	107 697,60 €	109 134,07 €	168 927,19 €	122 188,01 €	118 801,04 €
65	Perdas por imparidade	28 185,07 €	32 026,65 €	40 238,09 €	4 575,74 €	4 575,74 €	10 554,42 €
67	Provisões do Período	1 453,25 €	1 248,15 €	1 423,62 €	1 462,08 €	4 168,40 €	5 472,50 €
68 1	Outros Gastos e Perdas - Impostos	2 191,19 €	2 816,79 €	2 992,75 €	2 208,44 €	2 208,44 €	2 414,14 €
687 + 688	Outros Gastos e perdas operacionais	12 536,71 €	8 580,56 €	4 343,89 €	2 028,97 €	5 699,49 €	9 941,44 €
(A)		2 819 676,01 €	2 949 359,95 €	3 115 304,93 €	3 752 706,03 €	3 519 811,81 €	3 901 003,48 €
69	Gastos e Perdas de Financiamento				20 319,49 €	34 313,55 €	34 268,00 €
691 + 698	Amortizações e ajustamentos de aplic. e inv. financeiros	2 819 676,01 €	5 402,08 €	20 517,95 €	20 517,95 €	20 319,49 €	34 268,00 €
(2)	Juros e custos similares	576,23 €	2 820 252,24 €	3 135 822,88 €	3 773 025,52 €	3 554 125,36 €	3 935 271,48 €
69	Gastos e Perdas Financeiras	576,23 €	2 820 252,24 €	3 135 822,88 €	3 773 025,52 €	3 554 125,36 €	3 935 271,48 €
81	Imposto sobre o rendimento do exercício						
(G)		85 006,84 €	121 289,07 €	105 452,85 €	48 536,01 €	326 183,34 €	107 732,20 €
88	Resultado líquido do exercício						
<b>RENDIMENTOS</b>							
71 + 72	Vendas e Prestações de serviços	1 228 080,75 €	1 337 908,61 €	1 396 320,71 €	1 535 740,06 €	2 618 984,83 €	1 688 319,49 €
(3)	CEDEIRA DE EQT (Time Sharing) Nova Extensão	n/a	n/a	n/a	250 000,00 €	n/a	350 000,00 €
74	Trabalhos para e própria empresa (Refeições)	74 835,00 €	91 374,44 €	118 170,52 €	80 055,04 €	127 064,50 €	137 748,56 €
75	Subsídios à exploração	1 162 936,52 €	1 141 093,00 €	1 190 050,04 €	1 307 906,08 €	63 885,82 €	1 304 185,56 €
76	DONATIVOS em Dinheiro/Subsídios de Outras Entidades	27 953,21 €	30 559,40 €	128 349,83 €	244 911,69 €	48 340,71 €	45 750,00 €
761 + 788	Reversões de amortizações e ajustamentos (inventários)	12 754,38 €	11 576,08 €	405 558,99 €	305 859,01 €	2 838,04 €	8 840,31 €
(B)	Outros Rendimentos e Ganhos operacionais	229 047,48 €	220 675,38 €	2 813,09 €	3 724 471,88 €	3 724 471,88 €	3 825 845,85 €
(B)	Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	2 734 707,34 €	2 833 186,91 €	3 241 263,18 €	3 241 263,18 €	3 227 098,61 €	3 210 001,93 €
79	Rendimentos de participações de capital						
(4)	Rendimentos de fit. negociáveis e outras aplic. financeiras	538,06 €	286,05 €	12,55 €	17,63 €	843,41 €	1 693,43 €
(5)	Juros e proventos similares	2 735 245,40 €	2 833 472,96 €	3 241 275,73 €	3 227 949,51 €	3 227 942,02 €	3 827 539,28 €
78	Rendimentos e ganhos extraordinários						
(F)		2 735 245,40 €	2 833 472,96 €	3 241 275,73 €	3 227 949,51 €	3 227 942,02 €	3 827 539,28 €
<b>RESUMO:</b>							
Resultados operacionais:		(B) - (A) =	(116 173,04)	125 958,25	(28 234,15)	(282 713,20)	(75 157,63)
Resultados financeiros:		(D - B) - (C - A) =	-5 116,03	-20 505,40	(20 301,86)	-33 470,14	(32 574,57)
Resultados correntes:		(D) - (C) =	(84 430,61)	105 452,85	(48 536,01)	(326 183,34)	(107 732,20)
Resultados antes de impostos:		(F) - (E) =	(85 006,84)	121 289,07	(48 536,01)	(326 183,34)	(107 732,20)
Resultado líquido do exercício:		(F) - (G) =	(85 006,84)	121 289,07	(48 536,01)	(326 183,34)	(107 732,20)

Nota: tendo em conta que na nova Extensão são firmados contratos para 7 apartamentos (€ 50.000,00/Cada)

mensalidade:	60 000,00 €	480 000,00 €	1 450,00 €
	50 000,00 €	250 000,00 €	203 000,00 €
	40 000,00 €	120 000,00 €	850 000,00 €

(7 apartamentos a 1.450,00 € m. (€ 10.150,00) 72 PAX)

António Manuel Gonçalves Santos  
 Dir. N.º 145 536 447  
 Contabilista Certificado





# SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ABRANTES

BALANÇO EM 31 de Dezembro de 2024

€uros

RUBRICAS	Notas	Datas				
		2024	2023	2022	2021	2020
<b>Ativo</b>						
<b>Ativo não corrente</b>						
Ativos fixos tangíveis	4	3 695 118,65	3 682 349,42	3 839 020,46	3 919 507,33	3 825 908,75
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00	0,00	3,42	519,62
Investimentos financeiros	12.1	10 881,92	10 881,92	10 048,13	9 102,84	7 427,83
Investimentos em curso	4	2 641 882,22	2 585 651,40	1 888 704,02	650 727,94	439 251,84
Subtotal		<b>6 347 882,79</b>	<b>6 278 882,74</b>	<b>5 737 772,61</b>	<b>4 579 341,53</b>	<b>4 273 108,04</b>
<b>Ativo corrente</b>						
Inventários	7	24 956,49	27 665,74	24 430,54	27 155,20	43 121,93
Créditos a receber	12.2	33 099,76	30 635,37	178 507,48	151 758,59	129 939,10
Estado e outros Entes Públicos	12.9	6 387,58	13 510,59	56 941,68	19 681,13	33 364,51
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.4	17 425,00	15 874,50	13 728,50	11 791,00	11 578,50
Diferimentos	12.5	10 670,47	20 402,56	15 610,25	8 678,98	7 142,92
Outros Ativos Correntes	12.3	23 510,31	57 165,67	79 087,41	89 662,38	41 115,86
Caixa e depósitos bancários	12.6	11 412,20	415 877,25	325 771,30	1 317 117,17	1 206 048,00
Subtotal		<b>127 461,81</b>	<b>581 131,68</b>	<b>694 077,16</b>	<b>1 625 844,45</b>	<b>1 472 310,82</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>6 475 344,60</b>	<b>6 860 014,42</b>	<b>6 431 849,77</b>	<b>6 205 185,98</b>	<b>5 745 418,86</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>						
<b>Fundos patrimoniais</b>						
Fundos	12.7	100 578,43	100 578,43	100 578,43	100 578,43	100 578,43
Resultados transitados	12.7	343 312,76	228 850,64	1 855,15	77 655,77	(3 932,02)
Excedentes de revalorização	12.7	547 564,93	556 574,20	565 714,50	574 920,72	584 361,43
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.7	4 157 297,69	4 164 188,00	4 486 865,36	4 445 561,83	4 422 072,49
Resultado Líquido do período	12.7	(326 183,34)	105 452,85	(121 289,10)	(85 006,84)	72 147,08
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>4 822 570,47</b>	<b>5 155 644,12</b>	<b>5 033 724,34</b>	<b>5 113 709,91</b>	<b>5 175 227,41</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Passivo não corrente</b>						
Financiamentos obtidos	6	705 751,45	749 118,09	500 000,00	500 000,00	-
Subtotal		<b>705 751,45</b>	<b>749 118,09</b>	<b>500 000,00</b>	<b>500 000,00</b>	-
<b>Passivo corrente</b>						
Adiantamento de Utentes	12.2	128 074,96	125 366,70	274 725,45	226 130,40	199 019,25
Fornecedores	12.8	150 056,08	44 187,29	24 110,47	42 591,69	54 998,07
Fornecedores de Investimentos	12.8	135 581,08	338 971,28	177 122,50	-	-
Estado e outros Entes Públicos	12.9	59 037,28	46 470,10	42 282,48	39 729,71	35 402,46
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12.4	-	3,00	-	-	-
Descobertos Bancários	-	38 898,41	41 680,83	-	-	-
Dívidas ao Pessoal	12.10	-	-	1 132,35	1 921,05	-
Pessoal	-	-	573,41	-	-	-
Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)	-	374 386,92	271 882,36	-	-	-
Financiamentos obtidos	6	-	-	-	-	-
Diferimentos	12.5	-	-	-	0,00	13 966,62
Outros passivos correntes	12.10	60 987,95	86 117,24	378 752,18	281 103,22	266 805,05
Subtotal		<b>947 022,68</b>	<b>955 252,21</b>	<b>898 125,43</b>	<b>591 476,07</b>	<b>570 191,45</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 652 774,13</b>	<b>1 704 370,30</b>	<b>1 398 125,43</b>	<b>1 091 476,07</b>	<b>570 191,45</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>6 475 344,60</b>	<b>6 860 014,42</b>	<b>6 431 849,77</b>	<b>6 205 185,98</b>	<b>5 745 418,86</b>

ABRANTES, 31 de Dezembro de 2024

O Contabilista Certificado,

A Mesa Administrativa,

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA  
DE ABRANTES  
CONTRIBUINTE N.º 500 239 878  
TEL.: 241 360 020 / 28  
RUA DR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA  
2200 - 416 ABRANTES





# SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ABRANTES

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2024

€uros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS				
		2024	2023	2022	2021	2020
Vendas e serviços prestados (*)	8	2 618 984,83	1 396 320,71	1 337 908,61	1 228 080,75	1 210 349,32
Subsídios, doações e legados à exploração (*)	9	1 12 226,33	1 318 399,87	1 141 093,00	1 189 989,73	1 210 612,27
Varição nos inventários da produção						
Trabalhos para a própria entidade	12.15	127 064,50	118 170,52	91 374,44	74 835,00	68 964,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(445 684,81)	(412 298,82)	(383 491,78)	(381 961,03)	(346 263,46)
Fornecimentos e serviços externos	12.11	(599 461,76)	(550 622,82)	(581 515,98)	(541 354,45)	(525 324,89)
Gastos com o pessoal	10	(2 323 233,13)	(1 994 250,87)	(1 831 982,47)	(1 744 347,58)	(1 664 155,48)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	12.14	2 838,04	(7 826,95)	5 155,72	12 754,38	9 239,95
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.14	(4 575,74)	(29 598,05)	(25 606,29)	(28 185,07)	
Provisões (aumentos/reduções)	12.16		(1 423,62)	(1 248,15)	(1 453,25)	(2 032,26)
Provisões específicas (aumentos/reduções)						
Outras imparidades (perdas/reversões)						
Aumentos/reduções de justo valor				(1 494,14)	(772,12)	
Outros rendimentos	12.12	365 984,91	405 558,99	248 261,78	229 047,48	243 527,93
Outros gastos	12.13	(20 499,96)	(7 336,64)	(10 403,21)	(13 955,78)	(19 274,07)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(170 525,19)</b>	<b>235 092,32</b>	<b>(11 948,47)</b>	<b>22 678,06</b>	<b>185 643,31</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	(122 188,01)	(109 134,07)	(107 697,60)	(107 646,73)	(114 249,66)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(292 713,20)</b>	<b>125 958,25</b>	<b>(119 646,07)</b>	<b>(84 968,67)</b>	<b>71 393,65</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	12.17	843,41	12,55	3 259,05	538,06	1 345,20
Juros e gastos similares suportados	12.17	(34 313,55)	(20 517,95)	(4 902,08)	(576,23)	(591,77)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(326 183,34)</b>	<b>105 452,85</b>	<b>(121 289,10)</b>	<b>(85 006,84)</b>	<b>72 147,08</b>
Imposto sobre o rendimento do período						
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(326 183,34)</b>	<b>105 452,85</b>	<b>(121 289,10)</b>	<b>(85 006,84)</b>	<b>72 147,08</b>

(\*) Diferença de registo contabilístico face a entrada em vigor da Circular 53/2024 de 20/09/2024 da União das Misericórdias Portuguesas

ABRANTES, 31 de Dezembro de 2024

O Contabilista Certificado,



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA  
DE ABRANTES

A Mesa Administrativa,  
CONTRIBUINTE N.º 500 239 878

TEL.: 241 360 020 / 28

RUA DR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA  
2200 - 416 ABRANTES





## SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ABRANTES

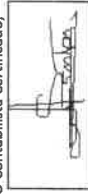
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS														
		2024			2023			2022								
		LNRECHE	PRE-ESCOLAR	LAR INF-JUVENTUDE	LAR DE IDOSOS	RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS	CENTRO DIA	APÓIO DOMICILIÁRIO	ESTUDIOS	RESIDÊNCIA ESTUDANTES	IGREJA, AUDI. FESTAS, MUSEU	BAIRROS SOCIAIS	CENTRO MEDICO	2024	2023	2022
Vendas e serviços prestados	8	260 754,18	90 045,46	-	1 629 606,89	745,22	61 207,19	268 787,63	71 522,53	106,76	106,76	322,98	235 779,23	2 618 984,83	1 396 320,71	1 337 916,61
Subsídios, doações e legados à exploração ISS, IP - Centros Distritais	9	3 250,86	2 786,45	-	81 578,98	3 250,80	3 278,86	3 278,86	1 443,22	1 364,41	6 885,41	1 393,22	3 715,26	112 226,33	1 318 399,87	1 141 102,00
Outros	9	3 250,86	2 786,45	-	56 480,62	3 250,80	3 278,86	3 278,86	1 443,22	1 364,41	6 885,41	1 393,22	3 715,26	56 480,62	1 162 667,00	1 094 410,64
Variação nos inventários da produção	12.15	11 565,71	7 995,49	-	76 653,47	1 189,10	8 350,15	15 180,83	4 447,91	782,52	207,59	254,66	437,07	127 064,50	118 170,52	91 374,44
Trabalhos para a própria entidade	7	(16 397,77)	(13 970,07)	-	(320 404,59)	(3 279,25)	(17 391,35)	(41 889,30)	(22 052,96)	(671,34)	(61,03)	(128,81)	(9 438,34)	(445 684,81)	(412 298,82)	(383 484,75)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12.11	(19 287,75)	(17 040,27)	-	(220 676,89)	(23 173,63)	(16 427,17)	(19 628,24)	(12 788,21)	(6 555,32)	(2 759,02)	(14 336,38)	(246 788,88)	(599 461,76)	(550 622,82)	(581 516,89)
Fornecimentos e serviços externos	10	(224 012,05)	(196 977,36)	-	(1 240 391,64)	(64 023,58)	(156 533,88)	(265 753,85)	(84 452,02)	(16 452,30)	(3 885,70)	(5 609,48)	(65 141,27)	(2 323 233,13)	(1 994 250,87)	(1 831 972,47)
Gastos com pessoal	12.14	311,00	71,76	-	(7 802,08)	395,00	395,00	395,00	(84 452,02)	(16 452,30)	(3 885,70)	(5 609,48)	(65 141,27)	(7 802,08)	(10 640,04)	11 576,08
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)					10 640,12								11 417,88	(29 598,05)	(32 026,65)	(1 248,15)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)					(2 357,28)	(92,52)	(92,52)	(92,52)	(39,65)	(13,19)	(1 163,52)	(99,65)	(105,73)	(4 168,40)	(1 423,62)	-
Provisões (aumentos/reduções)	12.16	(92,52)	(79,30)	-	(1 153,86)			(2 379,85)				(1 424,79)		(4 958,50)	2 813,09	-
Outras imparidades (perdas/reduções)	12.14															(1 494,14)
Aumentos/Reduções de justo valor	12.12	10 803,49	24 766,94	-	104 906,86	1 441,23	7 298,88	13 447,27	3 949,95	25 194,43	1 128,01	86 101,21	86 946,64	365 984,91	405 558,99	251 235,89
Outros rendimentos	12.13	(416,74)	(320,95)	-	(8 905,43)	(521,58)	(640,80)	(805,24)	(575,19)	(1 282,68)	(3 933,80)	(787,67)	(2 309,98)	(20 499,96)	(7 336,64)	(9 903,39)
Outros gastos																
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		26 478,41	(102 721,85)	-	101 694,55	(84 464,21)	(110 555,64)	(29 854,41)	(38 544,42)	2 473,29	(3 475,30)	65 745,29	3 094,10	(170 130,19)	235 092,32	(8 444,42)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(43 303,13)	(37 735,97)	(6 406,38)	(17 600,72)		(10 796,42)	(2 081,65)	(2 150,82)	(208,14)	(1 040,76)	(1 249,02)	(1 249,02)	(122 583,01)	(109 134,07)	(107 693,55)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(16 824,72)	(140 457,82)	(6 406,38)	84 093,83	(84 464,21)	(121 352,06)	(31 936,06)	(40 705,24)	2 473,29	(3 683,44)	64 704,53	1 845,08	(292 713,20)	125 956,25	(116 134,97)
Juros e rendimentos similares obtidos	12.17	0,06	0,06	-	0,66	825,32	0,06	0,06	0,06	0,06	0,06	0,07	16,94	843,41	12,55	285,95
Juros e gastos similares suportados	12.17	(368,78)	(367,49)	-	(964,26)	(29 692,70)	(368,78)	(368,78)	(363,61)	(361,03)	(361,03)	(727,02)	(370,07)	(34 313,55)	(20 537,95)	(5 402,08)
Resultados antes de impostos		(17 193,44)	(140 825,25)	(6 406,38)	83 130,23	(113 331,59)	(121 720,78)	(32 304,78)	(41 068,79)	2 112,32	(4 044,41)	63 977,58	1 491,95	(326 183,34)	105 452,85	(121 251,10)
Imposto sobre o rendimento do período																
Resultado líquido do período		(17 193,44)	(140 825,25)	(6 406,38)	83 130,23	(113 331,59)	(121 720,78)	(32 304,78)	(41 068,79)	2 112,32	(4 044,41)	63 977,58	1 491,95	(326 183,34)	105 452,85	(121 251,10)

ABRANTES, 31 de Dezembro de 2024

O Contabilista Certificado,



A Mesa Administrativa,

*[Handwritten Signature]*

**SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ABRANTES**  
 CONTRIBUINTE N.º 500 23 000 000 000  
 TEL.: 241 360 020 / 28  
 RUA DR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA  
 2200 - 416 ABRANTES



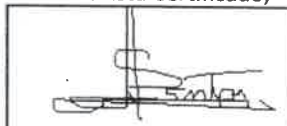
**SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ABRANTES****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

PERÍODO FINDO EM 31 de Dezembro de 2024

RUBRICAS	Notas	2024	2023	2022
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</b>				
Recebimentos de clientes e utentes	12.2	1 332 661,68	1 203 360,57	1 334 148,48
Recebimento de Subsídios	9	-1 268,30		1 094 401,64
Pagamentos de apoios				
Pagamentos de bolsas				
Pagamento a fornecedores	12.8	(698 603,27)	(564 093,07)	(645 782,82)
Pagamentos ao pessoal	10	(1 428 910,51)	(580 321,66)	(1 830 271,36)
Caixa gerada pelas operações		(796 120,40)	58 945,84	(47 504,06)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(92 974,64)		(5 856,87)
Outros recebimentos/pagamentos		229 252,58	395 546,83	103 214,60
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(659 842,46)	454 492,67	49 853,67
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>				
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Ativos fixos tangíveis	4	(362 662,06)	(585 562,16)	(1 075 648,08)
Ativos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Outros Ativos		(547 320,96)		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Ativos fixos tangíveis	4			34 500,00
Ativos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Outros Ativos		1 234 094,66		
Subsídios ao investimento	9			5 063,87
Juros e rendimentos similares	12.17	20,17	12,55	285,95
Dividendos				
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		324 131,81	(585 549,61)	(1 035 798,26)
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Financiamentos obtidos	6	100 823,24		
Realizações de fundos				
Cobertura de prejuízos				
Doações				
Outras operações de financiamento		105,00		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Financiamentos obtidos	6	(133 333,32)		
Amortização de contratos de locação financeira			200 000,01	
Juros e gastos similares	12.17	(33 803,50)	(20 517,95)	(5 402,08)
Dividendos				
Reduções do fundo				
Outras operações de financiamento		(2 545,82)	41 680,83	
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(68 754,40)	221 162,89	(5 402,08)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		(404 465,05)	90 105,95	(991 346,67)
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>				
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		415 877,25	325 771,30	1 317 117,97
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>11 412,20</b>	<b>415 877,25</b>	<b>325 771,30</b>

ABRANTES, 31 de Dezembro de 2024

O Contabilista Certificado,



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA  
DE ABRANTES**  
CONTRIBUINTE N.º 500 239 878  
TEL.: 241 360 020 / 28  
RUA DR. JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA  
2200 - 416 ABRANTES

A Mesa Administrativa,



The background features a faint, light blue watermark of the coat of arms of Abrantes. It consists of a shield with a crown on top and a ribbon at the bottom. The shield is divided into four quadrants, with a central vertical element. The crown has five points. The ribbon is draped around the shield.

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA  
DE ABRANTES**

**Anexo às DF's**

**31 de dezembro de 2024**



## Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	5
3.1	Bases de Apresentação .....	5
3.1.1	Continuidade .....	5
3.1.2	Regime do Acréscimo (periodização económica) .....	5
3.1.3	Consistência de Apresentação .....	5
3.1.4	Materialidade e Agregação .....	6
3.1.5	Compensação.....	6
3.1.6	Informação Comparativa .....	6
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	6
3.2.1	Ativos Fixos Tangíveis.....	6
3.2.2	Bens do património histórico e cultural.....	7
3.2.3	Inventários.....	7
3.2.5	Créditos a receber e outros activos correntes .....	8
3.2.6	Caixa e Depósitos Bancários.....	8
3.2.7	Fornecedores e outros passivos correntes .....	9
3.2.8	Fundos Patrimoniais .....	9
3.2.9	Financiamentos Obtidos.....	9
3.2.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	10
4	Activos Fixos Tangíveis e Investimentos em Curso .....	12
5	Activos Intangíveis .....	13
6	Custos de Empréstimos Obtidos .....	15
7	Inventários .....	15
8	Rédito .....	15
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	17
10	Benefícios dos empregados .....	16
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	18



*Jose Manuel*  
*de*

12	Outras Informações.....	19
12.1	Investimentos Financeiros .....	19
12.2	Créditos a receber .....	18
12.3	Outros activos correntes.....	20
12.4	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	19
12.5	Diferimentos .....	21
12.6	Caixa e Depósitos Bancários .....	20
12.7	Fundos Patrimoniais.....	21
12.8	Fornecedores .....	23
12.9	Estado e Outros Entes Públicos.....	23
12.10	Outros passivos correntes.....	24
12.11	Fornecimentos e serviços externos .....	26
12.12	Outros rendimentos.....	26
12.13	Outros gastos .....	26
12.14	Perdas por Imparidade.....	29
12.15	Trabalhos para a própria entidade.....	27
12.16	Provisões .....	28
12.17	Resultados Financeiros.....	29
12.18	Processos a decorrer em Tribunal.....	29
12.19	Aplicação de Resultados.....	299
12.20	Acontecimentos após data de Balanço .....	29

*de*



## **1. Identificação da Entidade**

A “**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ABRANTES**” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direcção-Geral da Segurança Social desde 27/09/1982 sob o nº 44/82 em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 7º do Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria nº 139/2007, de 29 de Janeiro.

Tem a sua sede na Rua Dr. José Joaquim de Oliveira em ABRANTES.

O número de Identificação de Segurança Social: 20010207489

O Número de Identificação Fiscal: 500239878

Tem como respostas sociais: Creche, Educação Pré-Escolar, Estrutura Residencial para Idosos, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário e Cantina Social, para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Prestação de Serviços de Segurança Social, seu fim principal, podendo secundariamente exercer atividades no âmbito da saúde, educação e cultura.

## **2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRFESNL) aprovada pela portaria nº 220/2015, de 24 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social para este normativo é 1 de janeiro de 2012.

Em 2016, adotou-se a nova Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) com entrada em vigor a 01 de janeiro de 2016 aprovada pela portaria nº 220/2015, de 24 de julho, e que a partir desta data será tida como referencial contabilístico.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL.

As Demonstrações Financeiras de 2024 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura.



### 3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogados quaisquer disposições do SNC, não ocorrem quaisquer outras variações de políticas contabilísticas, nem foram identificados erros que devam ser corrigidos.

Indicação e comentário das contas do Balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

De acordo com as alterações sugeridas pela Comissão de Normalização Contabilística, procedeu a Fundação a uma alteração no reconhecimento dos valores recebidos da segurança social referentes aos Acordos Atípicos relativos as diferentes valências da instituição, o que levou a que os montantes que até 2023 eram reconhecidos como subsídios à exploração na conta 75, com efeitos ao exercício de 2024, passaram a ser reconhecidos na conta 72, com Prestação de Serviços. Em resultado desta alteração as demonstrações financeiras utilizadas para efeitos de comparativos foram alteradas, pelo que os valores constantes das demonstrações financeiras do período de dezembro de 2024 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2023.

##### 3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.



### 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

#### 3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>Vida útil estimada (anos)</b>
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e Utensílios	4
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4



As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

### **3.2.2 Bens do património histórico e cultural**

Foram efetuadas durante o exercício de 2018 as obras de restauro da Igreja da Misericórdia que resultaram num custo total de 181.760,11€, tendo sido atribuído um subsídio no montante de 135.207,10€ através do Fundo Rainha Dona Leonor e ainda um Protocolo com a CMA no valor de 30.332,36€. Deste modo, a Misericórdia entrou com a diferença no valor de 16.220,65€.

Com esta restauração a Igreja da Misericórdia foi considerada Monumento de Interesse Público (MIP), publicado no Diário da República, 2ª série, nº 27 de 7 de fevereiro de 2020.

### **3.2.3 Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

### **3.2.5 Créditos a receber e outros ativos correntes**

Os Créditos a receber e outros ativos correntes encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Procedeu-se à regularização dos saldos de contas considerados incobráveis.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Durante o exercício de 2024 foram doados a Instituição vários donativos (géneros alimentares e outros) valorizados ao preço de justo valor.

### **3.2.6 Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### **3.2.7 Fornecedores e outros passivos correntes**

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo



### **3.2.9 Financiamentos Obtidos**

#### **Empréstimos obtidos**

Conforme aprovado em Assembleia Geral foi contraído um empréstimo bancário junto da Caixa Geral de Depósitos no montante de 100.000.00 (cem mil euros) maturidade a 4 anos, para fazer face a reforço de tesouraria.

### **3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1, do art.º 10, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
  
- b) Procedeu a alienação de diversos ativos, conforme segue tendo gerado uma **MAIS-VALIA de 30.175.93 €**



**SANTA CASA DA MISERICORDIA  
DE ABRANTES**

*Handwritten signature and initials*

**SANTA CASA da MISERICORDIA de ABRANTES**

Nº IDENTIFICAÇÃO FISCAL: **500239878**  
PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO: **2024**

**MAPA DAS MAIS-VALIAS E MENOS-VALIAS FISCAIS**

NATUREZA DOS ACTIVOS:  
 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS  
 ACTIVOS INTANGÍVEIS  
 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO  
 ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS  
 PARTES DE CAPITAL

IRC MODELO **31**

Descrição dos elementos do activo	Valor de realização	Valor de aquisição para efeitos fiscais	Ano de aquisição	Valor de aquisição para efeitos contabilísticos	Depreciações / reintegrações e perdas por imparidade registadas	Mais ou menos-valia contabilística		Mais-valias não tributadas	Depreciações / reintegrações e perdas por imparidade aceites fiscalmente	Coef. flex. moeda	Mais ou menos-valia fiscal	
						Sin	Valor				Sin	Valor
1	2	3	4	5	6	7	8=2-[5-6]	9	10	11	12	13=2-[(8-9-10)*11]
TERREIRO URBANO ART 5367-J-BA-C7-2PA	22.455,75	3.919,20	2005	3.919,20	0,00	+	18.576,47		0,00	1,37	+	17.126,34
TERREIRO URBANO ART 5366-N-BA-C4-3PC	11.000,00	2.944,31	2005	2.944,31	0,00	+	8.055,69		0,00	1,37	+	6.966,30
FÁBRICA, CASCALHOS ART 482-TRAMPAGAL	4.500,00	7.948,11	1990	7.948,11	4.450,08	+	1.002,77		4.450,08	2,52	-	4.315,02
TERREIRO URBANO ART 5366-N-BA-C6-3PC	15.000,00	8.832,94	2005	13.761,00	3.302,86	+	2.511,00		2.119,92	1,31	+	4.205,94
<b>Total Geral</b>	<b>50.955,75</b>					<b>+</b>	<b>30.175,93</b>				<b>+</b>	<b>23.985,56</b>

Modelo Gira 32 (9.0.0-6) - (03/2022) - INSTITUTO SAUTY & C. LDA

c) Dispõe a Instituição do valor do IVA a ser ressarcido pela AT num total de 6 387.58 € assim distribuído:

c.1) Referente a Ativos Fixos Tangíveis.....1 585.05 €

c.2) Referente a Alimentação/Bebidas..... 4 802.53 €



#### 4. Ativos Fixos Tangíveis e Investimentos em Curso

No período de 2024, ocorreram os seguintes movimentos nos:

##### Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

##### Investimentos e Reparações previstas (2024)

Descrição	↓				
	2024	2023	2022	2021	2020
<b>Investimentos em Curso</b>					
Projecto Estrutura Residencial para Idosos		637 082,99	1 858 281,84	648 136,68 €	263 949,69 €
Instalação de Rede de Incêndio	39 119,50	59 864,39	30 422,18	2 591,26 €	2 591,26 €
Eq. Informático e Mobiliário Diverso	27 400,00				
Festival e Cantares ao Serv. Comu. Abrantina	6 210,00				
Divulgação do Património da Misericórdia de Abrantes	17 400,00				
Criação do Núcleo Museológico da SCMA	100 000,00				
Obra de Restauro da Igreja					11 028,50 €
Obra de Conserv. "Arco-Iris"					11 971,74 €
Instalação de Rede de Gas e Aguas					84 525,97 €
Eq. para ERPI (Carnas Electricas, Cadeiras)	25 000,00				3 353,66 €
Electro-bomba para Furo					12 090,70 €
Obras no Centro Medico					1 359,76 €
Obras de manutenção/Conservação	30 000,00				48 380,56 €
<b>Total</b>	<b>245 129,50 €</b>	<b>696 947,38 €</b>	<b>1 888 704,02 €</b>	<b>650 727,94 €</b>	<b>439 251,84 €</b>

Os processos de investimento – **ainda em curso** – conforme mapa acima, sofreram ainda atrasos na sua conclusão.

Porém, a demora na obtenção dos necessários licenciamentos tem vindo a provocar o atraso na instalação e arranque desta nova unidade de RESIDENCIAS ASSISTIDAS.

Está projetado o seu funcionamento para o 1º semestre de 2025.



**Outros Ativos Fixos Tangíveis**

**31 de Dezembro de 2023**

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	932 845,57	-	(25 827,58)	-	-	907 017,99
Edifícios e outras construções	4 218 064,42	-	(115 867,43)	-	-	4 102 196,99
Equipamento básico	618 513,65	52 828,80	-	-	-	671 342,45
Equipamento de transporte	230 059,12	-	-	-	-	230 059,12
Equipamento administrativo	137 245,42	-	-	-	-	137 245,42
Outros Ativos fixos tangíveis	273 222,36	-	-	-	-	273 222,36
- Edifícios (Obras em Curso)	1 888 704,02	696 947,38	-	-	-	2 585 651,40
<b>Total</b>	<b>8 298 654,56</b>	<b>749 776,18</b>	<b>(141 695,01)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8 906 735,73</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 481 327,22	73 797,31	(41 398,25)	-	-	1 513 726,28
Equipamento básico	564 287,25	10 344,09	-	-	-	574 631,34
Equipamento de transporte	135 566,19	21 048,43	-	-	-	156 614,62
Equipamento administrativo	133 457,52	931,19	-	-	-	134 388,71
Outros Ativos fixos tangíveis	256 292,07	3 082,09	-	-	-	259 374,16
<b>Total</b>	<b>2 570 930,25</b>	<b>109 203,11</b>	<b>(41 398,25)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 638 735,11</b>

**31 de Dezembro de 2024**



	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	906 962,99	-	(6 863,59)	-	-	900 099,40
Edifícios e outras construções	4 102 251,99	-	(21 709,99)	-	-	4 080 542,00
Equipamento básico	671 342,45	152 252,78	-	-	-	823 595,23
Equipamento de transporte	230 059,12	-	-	-	-	230 059,12
Equipamento administrativo	137 245,42	-	-	-	-	137 245,42
Outros Ativos fixos tangíveis	273 222,36	-	-	-	-	273 222,36
- Edifícios (Obras em Curso)	2 585 651,40	56 230,82	-	-	-	2 641 882,22
<b>Total</b>	<b>8 906 735,73</b>	<b>208 483,60</b>	<b>(28 573,58)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9 086 645,75</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 513 726,28	72 904,31	(11 673,04)	-	-	1 574 957,35
Equipamento básico	574 631,34	20 192,69	-	-	-	594 824,03
Equipamento de transporte	156 614,62	26 408,42	-	-	-	183 023,04
Equipamento administrativo	134 388,71	623,97	-	-	-	135 012,68
Outros Ativos fixos tangíveis	259 374,16	2 453,62	-	-	-	261 827,78
<b>Total</b>	<b>2 638 735,11</b>	<b>122 583,01</b>	<b>(11 673,04)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 749 644,88</b>



## 5. Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

<b>Ativos Intangíveis</b>				
<b>31 de Dezembro de 2023</b>				
	<b>Saldo em 01-Jan-2023</b>	<b>Aquisições / Dotações</b>	<b>Abates</b>	<b>Saldo em 31-Dez-2023</b>
<b>Custo</b>				
Despesas de Investigação	15 793,20	-	-	15 793,20
Programas de Computador	5 404,65	-	-	5 404,65
<b>Total</b>	<b>21 197,85</b>	-	-	<b>21 197,85</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Despesas de Investigação	16 288,85	-	-	16 288,85
Programas de Computador	5 404,65	-	-	5 404,65
<b>Total</b>	<b>21 693,50</b>	-	-	<b>21 693,50</b>
<b>31 de Dezembro de 2024</b>				
	<b>Saldo em 01-Jan-2024</b>	<b>Aquisições / Dotações</b>	<b>Abates</b>	<b>Saldo em 31-Dez-2024</b>
<b>Custo</b>				
Despesas de Investigação	15 793,20	-	-	15 793,20
Programas de Computador	5 404,65	-	-	5 404,65
<b>Total</b>	<b>21 197,85</b>	-	-	<b>21 197,85</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>				
Despesas de Investigação	15 793,20	-	-	15 793,20
Programas de Computador	5 404,65	-	-	5 404,65
<b>Total</b>	<b>21 197,85</b>	-	-	<b>21 197,85</b>



*Handwritten signature and initials*

## 6. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

### Financiamentos obtidos

Descrição	2024		2023		2022		2021		Total
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	
Empréstimos Bancários	-	666 666,69	-	700 000,01	-	500 000,00	-	500 000,00	500 000,00
Leasings	-	39 084,76	-	49 118,08	-	-	-	-	-
Livrança Grenke	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários	39 084,76	-	41 680,83	-	-	-	-	-	-
Locações Financeiras - RCI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>39 084,76</b>	<b>705 751,45</b>	<b>41 680,83</b>	<b>749 118,09</b>	<b>-</b>	<b>500 000,00</b>	<b>-</b>	<b>500 000,00</b>	<b>500 000,00</b>

### Empréstimos Bancários

Descrição	2024		2023		2022		2021		
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De um a cinco anos	-	366 666,69	-	400 000,01	-	500 000,00	-	-	-
Mais de cinco anos	-	300 000,00	-	300 000,00	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>666 666,69</b>	<b>-</b>	<b>700 000,01</b>	<b>-</b>	<b>500 000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



## 7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

<b>Inventários</b>				
Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024
Mercadorias	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	27 665,74	380 229,46	62 746,10	24 956,49
---	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>27 665,74</b>	<b>380 229,46</b>	<b>62 746,10</b>	<b>24 956,49</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				<b>445 684,81</b>
Variações nos inventários da produção				-

## 8. Rédito

Para os períodos de 2024, 2023, 2022, 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

<b>Rédito</b>					
Descrição	2024	2023	2022	2021	2020
Vendas	-	-	-	-	-
Prestação de Serviços (*)	2 618 984,83	1 396 320,71	1 337 908,61	1 228 080,75	1 210 349,32
Quotas dos utilizadores					
Quotas e Jóias					
Promoções para captação de recursos					
Rendimentos de patrocinadores e colaborações					
---					
Juros					
Royalties					
Dividendos					
Juros	843,41	12,55	285,95	538,06	1 345,20
<b>Total</b>	<b>2 619 828,24</b>	<b>1 396 333,26</b>	<b>1 338 194,56</b>	<b>1 228 618,81</b>	<b>1 211 694,52</b>

(\*) Diferença de registo contabilístico face a entrada em vigor da Circular 53/2024 de 20/05/2024 da União das Misericórdias Portuguesas



## 9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo”.

Subsídios					
↓					
Descrição	2024	2023	2022	2021	2020
<b>Subsídios do Governo (*)</b>					
Centro Reg Seg Social	1 143 506,58 €	1 034 256,83 €	1 143 298,34 €	1 121 805,92 €	1 180 343,96 €
> Infância e Juventude					
> Creches	243 984,26 €	195 716,23 €	152 939,06 €	150 800,94 €	127 889,00 €
> Pré-Escolar	55 548,85 €	56 423,92 €	66 961,00 €	73 121,18 €	79 878,63 €
> Lares e Internatos					138 602,62 €
> Creche - CPCJ (Gratuidade)	7 783,08 €				
> Terceira Idade					
> Lares	694 315,13 €	700 438,04 €	665 841,80 €	658 991,85 €	590 412,96 €
> Centros de Dia	23 030,64 €	25 607,28 €	21 077,49 €	27 240,61 €	43 124,07 €
> Apoio Domiciliário	194 794,38 €	184 481,53 €	181 518,45 €	210 123,52 €	199 527,74 €
> Outros			6 063,84 €	1 527,88 €	908,94 €
Outras Entidades					
> IEFP	46 483,12 €	155 732,87 €	46 691,36 €	68 183,78 €	30 269,04 €
> Outros	65 743,21 €				
<b>Total</b>	<b>1 331 682,67</b>	<b>1 318 399,87</b>	<b>1 141 093,00</b>	<b>1 189 989,76</b>	<b>1 210 613,00</b>

(\*) Diferença de registo contabilístico face a entrada em vigor da Circular 53/2024 de 20/09/2024 da União das Misericórdias Portuguesas. Por isso mesmo o valor dos subsídios está em conjunto com a rubrica Vendas e Serviços Prestados.

## 10. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de 133 o mesmo valor do registado em 31/12/2023.

Comparativamente com o período anterior podemos verificar que o número médio de pessoas ao serviço da entidade não sofreu alterações significativas. Esta estabilidade deve-se ao facto de que nos anos anteriores foram feitos ajustamentos que permitiram atingir a estabilidade neste sector.



No entanto o aumento com esta rubrica tem a ver com o ajustamento salarial que por Lei esta IPSS tem que acompanhar.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

<b>Benefícios dos Empregados</b>					
	↓				
Descrição	2024	2023	2022	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais				-	-
Remunerações ao Pessoal	1 897 493,88	1 624 036,09	1 496 984,35	1 437 018,04	1 347 423,59
Benefícios Pós-Emprego	1 569,10	915,00	1 045,50		660,00
Encargos sobre as Remunerações	392 771,42	334 432,44	309 579,23	282 381,23	274 477,28
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	24 987,89	19 317,50	20 688,88	15 195,30	15 986,35
Gastos de Acção Social					
Outros Gastos com o Pessoal	6 510,84	15 549,84	3 684,51	9 753,01	25 608,26
Indemnizações - Comp. Pecuniária		853,17	2 639,31		
Medicina no Trabalho	1 458,57	6 399,00		3 015,00	3 015,00
Fardamento					
Outras Indemnizações	3 305,60			3 396,00	21 646,80
Outros Gastos	1 746,67	8 297,67	1 045,20	3 005,21	807,10
F.G.C.T.				336,80	139,36
<b>Total</b>	<b>2 323 333,13</b>	<b>1 994 250,87</b>	<b>1 831 982,47</b>	<b>1 744 347,58</b>	<b>1 664 155,48</b>

## 11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Juntamos as respetivas certidões negativas.



## 12. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024, 2023, 2022, 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Investimentos Financeiros					
Descrição	2024	2023	2022	2021	2020
Investimentos Financeiros	10 881,92	10 881,92	10 048,13	9 102,84	7 427,83
Método de Equivalência Patrimonial					
Perdas por Imparidade Acumuladas					
Total	10 881,92	10 881,92	10 048,13	9 102,84	7 427,83

### 12.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2024, 2023, 2022, 2021 e 2020 rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Créditos a Receber										
Descrição	2024		2023		2022		2021		2020	
Cientes e Utentes c/c										
Utentes Cobrança Duvidosa	181 649,53		177 324,58		149 775,99		124 009,93		97 785,52	
Utentes cc	33 099,76		30 635,37		28 731,49	74 838,73	27 748,66	77 120,47	32 153,58	76 233,73
Adiantamentos de Utentes		128 074,96		125 366,70		50 000,00	0,00	25 000,00	0,00	25 000,00
Imparidades		183 665,51		179 484,77		149 886,72		124 009,93		97 785,52
Total	214 749,29	311 740,47	207 959,95	304 851,47	178 507,48	274 725,45	151 758,59	226 130,40	129 939,10	199 019,25



### 12.3 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2024, 2023, 2022, 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Outros activos correntes					
Descrição	2024	2023	2022	2021	2020
Adiantamentos ao pessoal	-	-	160,73	150,11	9,00
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	86,31	1107,42	10,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-	71 618,60		
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-			
Adiantamentos por conta de vendas	50 000,00	50 000,00			
FRSS - Fundo Reestruturação Sector Público					
Outros Devedores	23 510,31	7 165,67	20 950,27	88 404,85	41 096,86
Perdas por Imparidade					
<b>Total</b>	<b>73 510,31</b>	<b>57 165,67</b>	<b>92 815,91</b>	<b>89 662,38</b>	<b>41 115,86</b>

### 12.4 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A rubrica de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros em 2024, 2023, 2022, 2021 e 2020 apresenta os seguintes saldos:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros					
Descrição	2024	2023	2022	2021	2020
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17 425,00	15 871,50	13 728,50	11 791,00	11 578,50
<b>Total</b>	<b>17 425,00</b>	<b>15 871,50</b>	<b>13 728,50</b>	<b>11 791,00</b>	<b>11 578,50</b>



## 12.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2024, 2023, 2022, 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos

:

Diferimentos					
Descrição	2024	2023	2022	2021	2020
<b>Gastos a reconhecer</b>					
...Remuneracoes					
...Seguros	8 842,62	13 991,06	9 428,51	8 678,98	7 142,92
...Medicina no Trabalho					
...Subsidios IEFP			6 181,74		
<b>Total</b>	<b>8 842,62</b>	<b>13 991,06</b>	<b>15 610,25</b>	<b>8 678,98</b>	<b>7 142,92</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>					
...Outras Rec. c/prov Diferidos	1 827,85	229,76	-	-	4 000,00
...Subsidios IEFP	-	6 181,74	-	-	9 966,62
...Rendimentos de Propriedades	-				
<b>Total</b>					<b>13 966,62</b>
<b>Saldo</b>	<b>10 670,47</b>	<b>20 402,56</b>	<b>(15 610,25)</b>	<b>(8 678,98)</b>	<b>6 823,70</b>

## 12.6 Caixa e Depósitos Bancários


A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024, 2023, 2022, 2021, 2020, 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos Bancários							
Descrição	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Caixa	1 250,00	1 200,00	1 200,00	1 200,00	1 200,00	1 500,00	1 500,00
Depósitos à ordem	3 862,20	28 677,25	104 571,30	62 617,17	252 548,00	4 868,89	232 525,31
Depósitos a prazo	6 300,00	386 000,00	220 000,00	1 253 300,00	952 300,00	1 227 300,00	1 010 000,00
Outros Instrumentos Financeiros						-	-
<b>Total</b>	<b>11 412,20</b>	<b>415 877,25</b>	<b>325 771,30</b>	<b>1 317 117,17</b>	<b>1 206 048,00</b>	<b>1 233 668,89</b>	<b>1 244 025,31</b>



## 12.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

<b>Fundos Patrimoniais</b>				
				
Descrição	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2024
Fundos	100 578,43	-	-	100 578,43
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	228 850,64	114 462,12		343 312,76
Excedentes de revalorização	556 574,20	(9 009,23)		547 564,97
Outras variações nos fundos patrimoniais	4 164 188,00	(6 890,35)		4 157 297,65
Resultado Líquido do Período	105 452,85	(326 183,34)	(105 452,85)	(326 183,34)
<b>Total</b>	<b>5 155 644,12</b>	<b>(227 620,80)</b>	<b>(105 452,85)</b>	<b>4 822 570,47</b>



*Jose Antonio*  
15/3

A rubrica de Ajustamentos / Outras Variações nos Fundos Patrimoniais tem o seguinte desdobramento:

**Ajustamentos / Outras Variações nos Fundos Patrimoniais**

Descrição	2024	2023	2022	2021	2020
<b>Subsídios do Governo</b>					
PIDDAC - EDIFÍCIO LAR - EXTENSÃO	97 921,41	100 904,22	101 303,26	101 702,30	102 101,34
OUTROS - EDIFÍCIO CENTRO DE DIA	60 601,55	63 236,40	65 871,25	68 506,10	71 140,95
OUTROS - VALOREM - LAR HOSPITAL	22 907,85	24 180,50	25 453,15	26 725,80	27 998,45
FUNDO RAINHA DONA LEONOR - CONSERVAÇÃO IGREJA	131 495,56	131 495,56	132 114,15	132 732,74	133 351,33
PROTOCOLO CMA - CONSERVAÇÃO IGREJA	29 499,92	29 499,92	29 638,66	29 777,40	29 916,14
PRR-RE-C03-101 VIATURA ELECTRICA	17 500,00	17 500,00	17 500,00		
<b>Total</b>	<b>359 926,29</b>	<b>366 816,60</b>	<b>371 880,47</b>	<b>359 444,34</b>	<b>364 508,21</b>
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Doações e Legados</b>					
<b>Doações</b>	783 194,12	783 194,12	789 194,12	783 194,12	783 194,12
Doações (Imovéis)	294 378,07	294 378,07	294 378,07	294 378,07	292 878,07
Doações (Dinheiro)	950 504,04	950 504,04	950 504,04	921 636,64	894 583,43
Doações (Equipamento)	2 133,80	2 133,80	2 133,80	2 133,80	2 133,80
<b>Legados</b>	1 767 156,11	1 767 156,11	2 078 769,60	2 084 769,60	2 084 769,60
<b>Total</b>	<b>3 797 366,14</b>	<b>3 797 366,14</b>	<b>4 114 979,63</b>	<b>4 086 112,23</b>	<b>4 057 559,02</b>
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Outras</b>					
Outros	5,26	5,26	5,26	5,26	5,26
<b>Total</b>	<b>5,26</b>	<b>5,26</b>	<b>5,26</b>	<b>5,26</b>	<b>5,26</b>
<b>Grande Total</b>	<b>4 157 297,69</b>	<b>4 164 188,00</b>	<b>4 486 865,36</b>	<b>4 445 561,83</b>	<b>4 422 072,49</b>

**12.8 Fornecedores**

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

**Fornecedores**

Descrição	2024	2023	2022	2021	2020
Fornecedores c/c	150 056,08	44 187,29	24 110,47	42 591,69	54 998,07
Fornecedores títulos a pagar				-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência				-	-
<b>Total</b>	<b>150 056,08</b>	<b>44 187,29</b>	<b>24 110,47</b>	<b>42 591,69</b>	<b>54 998,07</b>



## 12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos					
Descrição	2024	2023	2022	2021	2020
<b>Ativo</b>					
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)					-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)				19 681,13	33 364,51
IVA (Reembolsos Solicitados)	6 387,58	13 510,59	56 941,68		
Outros Impostos e Taxas					
<b>Total</b>	<b>6 387,58</b>	<b>13 510,59</b>	<b>56 941,68</b>	<b>19 681,13</b>	<b>33 364,51</b>
<b>Passivo</b>					
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)					-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)					
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	8 899,56	8 818,33	8 977,06	7 351,31	6 284,36
Segurança Social	50 137,72	37 651,77	33 147,65	32 262,97	29 002,67
Outros Impostos e Taxas			157,77	115,43	115,43
<b>Total</b>	<b>59 037,28</b>	<b>46 470,10</b>	<b>42 282,48</b>	<b>39 729,71</b>	<b>35 402,46</b>

**A verba do IVA tem a seguinte decomposição:**

**IVA referente a elementos patrimoniais** 1 585.05 €

**IVA referente Produtos Alimentares** 4 802.53 €

**TOTAL** 6 387.58 €

**Este montante é recuperável tendo sido já apresentado à AT o respetivo pedido de reembolso.**



## 12.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Outros passivos correntes										
Descrição	2024		2023		2022		2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Adiantamento de Utentes	-	128 074,96	-	125 366,70	-	-	-	-	-	-
Pessoal	-	-	-	573,41	-	1 132,35	-	1 921,05	-	299,84
Fornecedores de Investimentos	-	135 581,08	-	338 971,28	-	-	-	14 809,76	-	11 999,79
Credores por acréscimos de gastos	-	-	-	-	-	378 752,18	-	265 942,04	-	254 145,42
Adiantamentos por conta de vendas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros credores	-	-	-	-	-	-	-	351,42	-	360,00
Total	-	263 656,04	-	464 911,39	-	379 884,53	-	283 024,27	-	266 805,05

O valor das remunerações (Encargos com férias e subsídios de férias) a reconhecer em exercícios seguintes foi calculado com base na estimativa de gastos com o pessoal que à data do balanço a SCMA tem.

Tivemos em conta obviamente a estimativa do SMN para o próximo exercício e estimativa de progressão de carreiras.



**12.11 Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024, 2023, 2022, 2021, 2020, 2019 e 2018, foi a seguinte:

<b>Fornecimentos e Serviços Externos</b>							
Descrição	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018
Subcontratos	19 125,22	16 426,80	13 565,78	13 018,36	34 811,15	41 478,15	36 098,48
Serviços especializados	329 290,32	341 894,55	395 340,85	346 023,82	297 334,53	371 323,67	618 583,50
Materiais	4 205,77	4 509,85	10 019,09	7 742,01	11 818,93	10 534,53	5 912,31
Energia e fluidos	155 155,27	118 878,24	119 603,54	128 763,46	138 280,19	167 225,31	168 744,99
Deslocações, estadas e transportes	337,00	207,13		74,90	561,07	2 555,43	2 597,37
Serviços diversos (*)	91 348,18	68 706,25	42 986,72	45 731,90	42 519,02	44 016,32	48 573,24
...Rendas e Alugueres	3 189,97	2 651,72	1 385,75	2 258,76	2 258,76	2 242,77	2 194,80
...Comunicação	13 308,80	9 349,93	7 590,63	7 455,17	9 333,74	9 328,29	9 466,69
...Seguros	12 693,72	14 063,20	12 205,12	14 341,75	13 017,81	11 358,67	9 743,03
...Contencioso e Notariado	1 182,08	60,00	2 353,09	1 154,42	616,16	628,90	3 688,96
...Limpeza, Higiene e Conforto	-	265,93			26,82	1 042,69	4,21
...Outros Forn e Serviços	60 973,61	42 315,47	19 452,13	20 521,80	17 265,73	19 415,00	23 475,55
<b>Total</b>	<b>599 461,76</b>	<b>550 622,82</b>	<b>581 515,98</b>	<b>541 354,45</b>	<b>525 324,89</b>	<b>637 133,41</b>	<b>880 509,89</b>



## 12.12 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros Rendimentos					
Descrição	2024	2023	2022	2021	2020
Rendimentos Suplementares	115,85	44,49	563,01	-	5,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	3 373,34	5 284,90	2 973,00	3 486,92	1 427,15
Recuperação de dívidas a receber	545,03			-	-
Alienações	30 175,93	96 514,15	5 964,47		
Ganhos em inventários	71 661,55	73 278,54	63 388,17	51 086,42	61 181,74
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos				0,00	0,00
Rendimentos nos restantes activos financeiros		720,83		0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	87 680,58	58 682,70	65 497,22	73 426,24	76 607,79
Outros rendimentos	172 432,63	171 033,38	112 848,91	101 047,90	104 306,25
<b>Total</b>	<b>365 984,91</b>	<b>405 558,99</b>	<b>251 234,78</b>	<b>229 047,48</b>	<b>243 527,93</b>

## 12.13 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros Gastos					
Descrição	2024	2023	2022	2021	2020
Impostos	3 343,28	2 992,75	2 816,79	2 191,19	2 277,11
Descontos de pronto pagamento concedidos				-	-
Dívidas incobráveis				-	-
Perdas em inventários	365,82	3,12		115,99	-
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos				-	-
Perdas em propriedades de investimento				-	-
Gastos nos restantes activos financeiros	5 379,57			-	-
Gastos em investimentos não financeiros				-	-
Outros Gastos	11 411,29	4 340,77	7 086,42	11 648,60	16 996,96
<b>Total</b>	<b>20 499,96</b>	<b>7 336,64</b>	<b>9 903,21</b>	<b>13 955,78</b>	<b>19 274,07</b>



#### 12.14 Perdas por Imparidade

Nos períodos de 2024, 2023, 2022, 2021 e 2020 foram reconhecidas as seguintes Perdas por Imparidade:

Perdas por Imparidade					
	2024	2023	2022	2021	2020
<b>Perdas por Imparidade</b>					
Em Utentes	4 958,50	29 598,05	25 606,29	26 569,71	0,00
Em Inventários	7 802,08	10 640,04	6 420,36	1 615,36	0,00
Em propriedades de Investimento					0,00
Outras Perdas por Imparidade					0,00
<b>Total</b>	<b>12 760,58</b>	<b>40 238,09</b>	<b>32 026,65</b>	<b>28 185,07</b>	-

#### 12.15 Trabalhos para a própria entidade

Nos períodos de 2024, 2023, 2022, 2021 e 2020 foi feita a contabilização das refeições do pessoal, sendo considerado com trabalhos para a própria entidade:

Trabalhos para a própria entidade					
	2024	2023	2022	2021	2020
<b>Trabalhos para a própria entidade</b>				-	-
Refeições do pessoal	127 064,50	118 170,52	91 374,44	74 835,00	68 964,00
<b>Total</b>	<b>127 064,50</b>	<b>118 170,52</b>	<b>91 374,44</b>	<b>74 835,00</b>	<b>68 964,00</b>



## 12.16 Provisões

Nos períodos de 2024, 2023, 2022, 2021 e 2020 foram reconhecidas as seguintes provisões nas respectivas rubricas:

Provisões					
Descrição	2024	2023	2022	2021	2020
<b>Provisões</b>				-	-
Géneros Alimentares	1 615,50	217,20	6,54	247,88	396,9
Artigos de Higiene	2 552,90	1 206,42	1 235,60	1175,98	1614,22
Material Hospitalar				14,39	21,14
Rouparia			6,01	15,00	-
<b>Total</b>	<b>4 168,40</b>	<b>1 423,62</b>	<b>1 248,15</b>	<b>1 453,25</b>	<b>2 032,26</b>

## 12.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024, 2023, 2022, 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Resultados Financeiros					
Descrição	2024	2023	2022	2021	2020
<b>Juros e gastos similares suportados</b>					
Juros suportados	34 313,55	20 517,95	4 902,08	35,60	70,98
Diferenças de câmbio desfavoráveis				-	-
Outros gastos e perdas de financiamento			500,00	540,63	520,79
<b>Total</b>	<b>34 313,55</b>	<b>20 517,95</b>	<b>5 402,08</b>	<b>576,23</b>	<b>591,77</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>					
Juros obtidos	843,41	12,55	286,05	538,06	1 345,20
Dividendos obtidos				-	-
Outros rendimentos similares					
<b>Total</b>	<b>843,41</b>	<b>12,55</b>	<b>286,05</b>	<b>538,06</b>	<b>1 345,20</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>(33 470,14)</b>	<b>(20 505,40)</b>	<b>(5 116,03)</b>	<b>(38,17)</b>	<b>753,43</b>



## 12.18 Processos a decorrer em Tribunal

PROCESSOS a DECORRER (Em tribunal)- c/Supervisão do Dr Joao Viana Rodrigues)		
Identificação processual	Valor	Observações
Processo Nº 3286/20,OT8ENT Juízo Execução do Entroncamento Juiz 1	11 041,68 €	Proc encontra-se pendente.
Processo Nº 1025/24,6TOABT Juízo local Cível de Abrantes	3 158,00 €	Proc encontra-se pendente.
Processo Nº 1049/22,8T8ABT do Juízo local Cível de Abrantes	4 500,00 €	Ação de despejo.
Processo Nº 244/21,1T8ENT do Juízo Execução do Entroncamento Juiz 2	1 034,75 €	Proc encontra-se pendente. Continuam em curso as diligências para penhora de bens.
Processo Nº 323/23,OT8ABT do Juízo Cível de Abrantes	6 450,00 €	Aguarda contestação.
Sónia Pelarigo e outras (Diuturnidades)		Diuturnidades. Reclamam pagamento destas. Aguarda-se a decisão da Mesa acerca da assunção ou recusa da dívida.

## 12.19 Aplicação de Resultados

Os resultados obtidos no exercício são considerados totalmente na rubrica de resultados transitados.

## 12.20 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

.Prevemos que a NOVA unidade (ERPI) esteja em funcionamento ainda no 1º semestre de 2025.

Abrantes, 24 de Março de 2025

O Contabilista Certificado,

(Membro nº 11 942 da OCC)

A Mesa Administrativa,

**Santa Casa da Misericórdia de Abrantes**

	2024
1- Alice Santos Batista António Manuel Batista Dias Margarido Pedro Tiago Domingos Louro Dias Margarido	<b>Processo n.º 3286/20.0T8ENT do Juízo de Execução do Entroncamento – Juiz 1</b> <b>Valor: 11.041,68€</b> O processo encontra-se pendente. Continuam em curso as diligências para penhora de bens.
2- João Francisco Batista da Silva Inês Alexandra Soeiro Janeiro	<b>Processo n.º 1049/22.8T8ABT do Juízo Local Cível de Abrantes</b> <b>Valor 4.500,00€ - Ação de Despejo</b> Os Réus entregaram a casa livre e devoluta. Foi requerida execução para pagamento das rendas no valor de 4.584,82€ e foi apresentada queixa pelos danos causados na casa.
3- Marlene Alexandra de Almeida Oliveira Estevão	<b>Processo n.º 244/21.1T8ENT do Juízo de execução do Entroncamento – Juiz 2</b> <b>VALOR: 1.034,75€</b> O processo encontra-se pendente. Continuam em curso as diligências para penhora de bens.
4- António Carvalho	<b>PROCESSO N.º 323/23.0T8ABT do Juízo Local Cível de Abrantes.</b> <b>Valor da ação: 6.450,00€.</b> Demos entrada à acção em tribunal. O processo aguarda marcação de julgamento.
5- Paulo Jorge Mendes Salvado	<b>PROCESSO N.º 1025/24.6TOABT do Juízo Local Cível de Abrantes.</b> <b>Valor da ação 3.158,00€.</b> O processo encontra-se pendente para citação do Réu.



*Handwritten signature and initials in blue ink.*

6- Sónia Pelarigo e outras  
(Diuturnidades)

Diuturnidades.  
Reclamam pagamento destas.  
Aguarda-se a decisão da Mesa acerca da assunção ou recusa da dívida.

Abrantes, 21 de Fevereiro de 2025

*Handwritten signature of João Viana Rodrigues*  
**JOÃO VIANA RODRIGUES**  
ADVOCADO  
Responsabilidade Limitada  
Largo Motta Ferraz, APT. 79 \*\*\* 2200-416 ABRANTES \*\*\* TEL. 241-331541 \*\*\* FAX. 241-365896  
E-MAIL: joao.viana-123e@adv.ao.pt

**JOÃO VIANA RODRIGUES**  
ADVOCADO

(Responsabilidade Limitada)

LARGO MOTTA FERRAZ, APT. 79 \*\*\* 2200-416 ABRANTES \*\*\* TEL. 241-331541 \*\*\* FAX. 241-365896

MAIL: joao.viana-123e@adv.ao.pt

*João Manuel Moreira Rijo*  
*JMR*  
*JMR*

**CERTIDÃO**

João Manuel Moreira Rijo, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de ABRANTES.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 19 de Março de 2025.

**IDENTIFICAÇÃO**

NOME: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ABRANTES

NIF: 500239878

**Elementos para validação**

Nº Contribuinte: 500239878

Cód. Validação: GRNNRWOBGBI

O Chefe de Finanças,

*João Manuel Moreira Rijo*  
*(em substituição)*

( João Manuel Moreira Rijo )

## DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ABRANTES

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ABRANTES  
R DR JOSE JOAQUIM DE OLIVEIRA  
ABRANTES  
2200-416 ABRANTES

Firma/Denominação SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ABRANTES

N.º de Identificação de Segurança Social 20010207489

N.º de Identificação Fiscal 500239878

N.º da Declaração 059024601ASCD25

Data de emissão 2025-03-19

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

*Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro na sua versão atualizada*

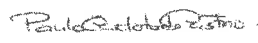
Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

*N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada*

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

*Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada*

A Diretora de Segurança Social

  
Paula Carloto de Castro

Elementos para verificação da autenticidade da declaração.

**Número de Identificação - 20010207489**

**Código de Verificação - CMVACLMX55226JS**

Para verificar a autenticidade desta declaração, aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.

Verifique se o documento obtido corresponde à esta declaração.

## DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ABRANTES

Firma/Denominação SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ABRANTES

N.º de Identificação de Segurança Social 20010207489

N.º de Identificação Fiscal 500239878

N.º da Declaração 059024601ASCD25

Data de emissão 2025-03-19

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ABRANTES  
R DR JOSE JOAQUIM DE OLIVEIRA  
ABRANTES  
2200-416 ABRANTES

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

*Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro na sua versão atualizada*

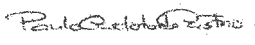
Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

*N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada*

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

*Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada*

A Diretora de Segurança Social

  
Paula Carloto de Castro

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

**Número de Identificação - 20010207489**

**Código de Verificação - CMVACLX55228JS**

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.

Verifique se o documento obtido corresponde à esta declaração.



## PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2024



Exmº Senhores Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia  
Exmº Senhor Provedor e Membros da Mesa Administrativa  
Exmº Senhores Membros do Conselho Consultivo  
ExmªSrª Revisora Oficial de Contas e Exmº Sr. Contabilista Certificado  
Exmº Irmãos e Irmãs

De acordo com o estipulado na alínea c) do artigo 31º do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o exercício económico do ano civil de 2024.

Este parecer, resulta do acompanhamento por parte dos elementos do Conselho Fiscal da evolução do exercício económico e da análise da documentação final produzida, nomeadamente o Relatório de Gestão e peças contabilísticas (balanços, demonstrações de resultados, fluxos de caixa, demonstrações de resultados por valências e outros anexos às demonstrações financeiras), através dos documentos devidamente facultados pela Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes e pelo Contabilista Certificado da entidade.


O Conselho Fiscal constatou que os registos e métodos contabilísticos utilizados estão conforme as normas contabilísticas e de relato financeiro adotadas legalmente para as entidades do setor não lucrativo, e que foi objeto de declaração do Contabilista Certificado da Instituição e também verificado pela entidade Revisora Oficial de Contas.

Concretamente ao exercício de 2024, a Instituição apresenta um resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos de 170 525,19 € negativos; após depreciações, apresenta um resultado negativo de 292 713,206 €, que se traduz num resultado líquido também negativo de 326 183,34 €, por via dos resultados financeiros (- 33 470,14 €). Este último item respeita ao pagamento de juros dos empréstimos contraídos.

Pela análise das contas e documentos já referidos, o Conselho Fiscal considera que o resultado deste exercício de 2024, foi condicionado pelos seguintes fatores:

1) fator principal: a não abertura da nova ERPI que há largos meses está dependente de licenciamento por motivos de *lana caprina* que a Mesa da Instituição apesar dos seus contínuos esforços ainda não conseguiu desbloquear.

Este facto priva a Instituição das receitas de utilização daquela valência e compromete as receitas futuras na medida em que devido ao atraso na sua abertura já se registaram desistências para a ocupação da mesma. Acresce que no que respeita a custos de manutenção das instalações em condições de pronta utilização, os mesmos continuam a ser suportados diariamente, assim como os custos do financiamento que foi necessário contrair para a construção e equipamento da mesma.



Esta situação traduz-se em termos contabilísticos anuais por um prejuízo de algumas centenas de milhares de euros, contabilizando a ausência de receitas e a permanência dos custos referidos;

2) O facto de o aumento das participações e apoios do Estado não acompanharem minimamente o aumento dos gastos que a Instituição suporta, alguns dos quais impostos por via legal, como seja a valorização e bem, dos salários dos colaboradores em termos de salário mínimo e o conseqüente efeito de arrasto nos restantes, que constitui mais um fator de pressão sobre as contas da Instituição e respetivos resultados;

3) A continuação do controlo possível dos gastos em mercadorias vendidas e consumidas e em fornecimentos externos.

4) A diminuição de donativos em dinheiro transversal a todas as Instituições similares;

5) O valor de algumas mais valias na venda de património não rentável, que deverá ser encarado como uma exceção e não como uma regra.

O Conselho Fiscal entende ainda salientar:

- o aumento do saldo médio de fornecedores, que se traduz num aumento do prazo de pagamentos, agora situado em 50 dias, e que se deve ao agravamento da situação financeira da Instituição pelo que já anteriormente ficou exposto, pode de algum modo enfraquecer o poder de negociação com os mesmos, permitindo melhores condições em termos de aquisições;

- os fundos patrimoniais das contas da Instituição, apesar dos valores do exercício de 2024, continuam a ser amplamente positivos, cifrando-se em cerca de 4 822 470,47 €.

- em termos de equilíbrio do passivo corrente e ativo corrente, dada a grande diferença de valor verificada entre os dois, é imperativo serem efetuados esforços no sentido da convergência dos mesmos.

- em termos da contribuição para os resultados, deveremos estar muito menos dependentes das valências de lar de idosos e de bairros sociais, as únicas com resultados positivos com algum significado. Impõe-se repensar a gestão e mesmo o funcionamento de outras valências, não numa perspectiva de lucro, mas sim numa perspectiva de tendência para a autossustentabilidade.

Entende ainda o Conselho Fiscal deixar as seguintes recomendações:

- continuação do esforço de cobrança de créditos;

- continuação do esforço de pagamento relativos ao passivo corrente;

Para além da frieza dos números, o Conselho Fiscal entende que é necessário que a Mesa Administrativa com a contribuição efetiva de todos os outros órgãos da

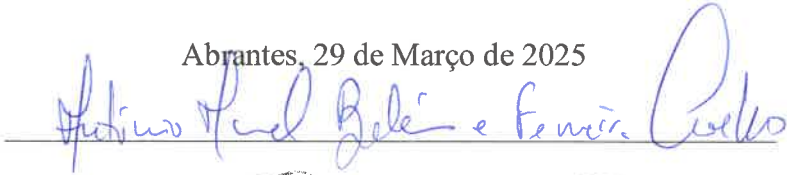
Instituição, colaboradores, técnicos, irmãos e irmãs, à semelhança do que tem acontecido, continue a diligenciar no sentido de:

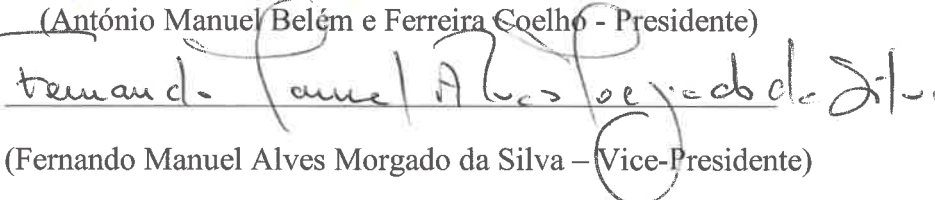
- utilizar todos, mas todos os meios para desbloquear o licenciamento da ERPI;
- continuar a melhorar a utilização dos recursos humanos, físicos e financeiros que tem à sua disposição, no sentido de a sua rentabilidade ir aumentando;
- continuar a melhorar e desenvolver um sistema de gestão que permita ter dados cada vez mais corretos e em tempo real, sobretudo em termos de proveitos e custos reais de cada valência, condição fundamental para que qualquer tomada de decisão possa ter os resultados pretendidos;
- quer de moto próprio, quer no âmbito das entidades associativas que integra, continuar a pugnar pela revisão e atualização de valores constantes dos diversos acordos, face às novas e penalizadoras realidades demográficas, de rendimentos, e de custos efetivos de bens e serviços prestados resultantes de uma inflação ainda relativamente elevada;
- continuar a sensibilizar toda a comunidade (cidadãos comuns, empresários, entidades públicas e privadas, etc), apesar das dificuldades dos tempos atuais, para a importância acrescida das contribuições que possam ajudar a Instituição a exercer a sua finalidade, hoje cada vez mais necessária, fomentando a organização de entidades que agrupem familiares, utentes e amigos da instituição.

Só tornando realidade estes pressuposto é que poderemos continuar a encarar com otimismo moderado o futuro da nossa Instituição e a continuação da prestação de serviços de qualidade aos atuais e futuros utentes, com a dignidade que todos merecem.

Nestes termos, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável ao Relatório de Gestão e peças contabilísticas relativas ao exercício económico de 2024, entendendo que as mesmas reúnem todas as condições para serem apreciadas e votadas pela Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes.

Abrantes, 29 de Março de 2025

  
\_\_\_\_\_  
(António Manuel Belém e Ferreira Coelho - Presidente)

  
\_\_\_\_\_  
(Fernando Manuel Alves Morgado da Silva – Vice-Presidente)

\_\_\_\_\_  
(Álvaro José Gonçalves Monteiro Lino – Secretário)





*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten initials]*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICORDIA ABRANTES** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2024 (que evidencia um total de 6.475.345 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.822.571 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 326.183 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICORDIA DE ABRANTES** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma

Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Coimbra, 22 de março de 2025

*José Oliveira & Sandra Simões, SROC, Lda.*

*Representada por: Sandra Maria Almeida Simões*

*Revisor Oficial de Contas n.º 1249/Registado na CMVM com o n.º 20160860*

f